

4 MAR 1987



Humberto Lucena, circundado por dirigentes e assessores, entra no prédio do Congresso para a solenidade

# Lucena critica esvaziamento do Congresso e pede reformas

O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), condenou, ao instalar a 48ª Legislatura, o esvaziamento do Poder Legislativo, que aprecia somente 25% da despesa pública, e defendeu a "democratização da vida partidária, inclusive com a adoção do sistema de eleições primárias para escolha dos candidatos aos postos eletivos".

Lucena foi muito aplaudido quando exaltou a importância da Assembleia Nacional Constituinte, defendeu a reforma agrária e enfatizou a necessidade de a futura Constituição ser "sintética, democrática e progressista". Ele criticou, ainda, as distorções do Plano Cruzado.

**ESQUECIMENTO**

A abertura da 48ª Legislatura no último domingo, como determina a Constituição, teve um grande número de parlamentares, mas foi desprestigiada pelo Executivo. Como era domingo de carnaval compareceram apenas os ministros do Gabinete Civil, Marco Maciel, e do Serviço Nacional de Informações, general Ivan Mendes. O governador José Aparecido também esteve presente. Maciel levou a mensagem do presidente Sarney ao Congresso, lida pelo 1º secretário do Senado, Jutahy Magalhães (PMDB-BA).

A sessão começou às 10h30min, com 37 minutos de atraso porque o presidente do Supremo Tribunal Federal, Moreira Alves, não estava informado da hora. A Mesa do Senado decidiu esperá-lo e teve, inclusive, de mandar buscá-lo porque o ministro Moreira Alves estava sem carro.

Em seu pronunciamento, diversas vezes interrompido por aplausos, o presidente Humberto Lucena

afirmou que a emenda com ocatória da Constituinte "preservou o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional, com as atribuições pertinentes à legislação ordinária".

**AUTORITARISMO**

A missão da Constituinte foi bastante exaltada por Lucena, que destacou o fato de, após mais de "vinte anos de autoritarismo desenfreado", caber-lhe retirar o País "do caos institucional a que nos levou o Movimento Militar de 1964".

"É bastante lembrar que, no Brasil de hoje, não há uma Constituição, mas apenas uma carta outorgada pelo arbítrio dos ministros militares dos idos de 1969".

Espera Lucena que a nova Constituição inclua "normas que decidam questões fundamentais, como uma reforma tributária que assegure maior autonomia financeira aos Estados e Municípios; a restauração plena das prerrogativas do Poder Legislativo; a democratização da vida partidária, inclusive com a adoção do sistema de eleições primárias para a escolha dos candidatos aos postos eletivos; as reformas agrária e urbana; o sistema de Governo".

E também essencial, a seu ver, que "a nova Constituição, ao fortalecer o Poder Legislativo, coloque sob sua competência a fixação das diretrizes globais e setoriais do planejamento governamental e da política econômica, pois é inadmissível, num regime plenamente democrático, que o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central tenham mais poder do que o Congresso Nacional, que é a expressão maior da vontade popular".

# Mensagem de Sarney prega otimismo

O Presidente José Sarney afirmou, em sua mensagem anual ao Congresso Nacional, que a suspensão, por tempo indeterminado, do pagamento do serviço da dívida externa, não resultou da emergência de nossas dificuldades internas. Foi, assegurou, "um ato soberano de um País soberano, no pleno exercício de sua cidadania".

Referindo-se à Assembleia Nacional Constituinte, Sarney manifestou sua esperança de que a futura Constituição estabeleça "uma ordem política estável e participativa, uma ordem social baseada nos princípios da solidariedade e uma ordem econômica mais justa e sem discriminações".

Após ressaltar várias medidas para aprimoramento do processo democrático, como o voto do analfabeto, as eleições diretas em todos os níveis, o Presidente da República acentua que o clima de participação popular das últimas eleições, "as mais livres de todos os tempos, não teria sido possível se não vivêssemos um processo de transição pacífico e sem confrontos, sem que o estado de direito sofresse qualquer abalo".

A suspensão do pagamento de juros faz parte desse seu objetivo de "pre-

servar a normalidade desse processo" e sua "importância e significados não podem ser contestados. À medida que ela representa a defesa de nossos interesses como Nação".

Lembra o Presidente, em sua mensagem, que "a despeito de todas as dificuldades, geramos, no ano passado, o terceiro saldo comercial do mundo, colocando-nos logo após o Japão e Alemanha Ocidental, com um superávit de 9,5 bilhões de dólares".

"Em decorrência dos elevados compromissos financeiros da dívida externa, no entanto, o País fechou o ano com um déficit, em conta corrente, de 2,8

bilhões de dólares. Se graças às reservas internacionais conseguimos cumprir nossos compromissos internacionais, chegando ao fim de 1986, com um estoque de divisas da ordem de 7 bilhões de dólares".

Em sua mensagem frisa o Presidente da República que o Brasil teve, nos últimos dez anos, o maior crescimento do PIB entre as dez maiores economias do mundo. A taxa de crescimento do PIB, 1986, atingiu a excepcional marca de 7,7%.

"Em face do desempenho — ressaltou — torna-se impatriótico infundir no País apreensão, ou olhar com desconfiança o seu futuro".

# O papel dos constituintes

LUCIA BRAGA\*



O povo brasileiro está perplexo e desiluído. O sonho da inflação zero acabou com a morte do Plano Cruzado decretada pelo Cruzado II. A economia brasileira atravessa um momento crucial, quando a inflação bate recorde ao atingir o índice de 16,82%. E mais: as expectativas para este mês de março não são nada animadoras.

A escassez de gêneros soma-se à falta de peças para a indústria em geral.

Dentro deste quadro padecem sobretudo os trabalhadores, e mais que estes aqueles que vivem marginalizados, em regime de subemprego ou desempregados. A hiperinflação que a todos pune, a estes atinge com mais rigor.

Voltam-se, então, as esperanças, num derradeiro apelo de náufragos, para a Assembleia Nacional Constituinte, na perspectiva de que possamos, não como pretendiam os artífices do Plano Cruzado, mudar a face da economia num passe de mágica, numa farsa montada com fins eleitoreiros, mas dotar este país de uma Carta que reflita os anseios nacionais, consubstanciando mudanças estruturais que permitam um padrão de vida digno para a grande legião dos oprimidos que vivem à margem do contexto sócio-econômico nacional.

É indispensável que os brasileiros, em todos os níveis, disponham de emprego, moradia e educação e que haja uma melhor distribuição da renda a fim de que as desigualdades sociais sejam minimizadas. Impõe-se alteração radical nas estruturas sócio-econômicas atuais, reconhecendo obsoletas, que permitem a existência de bolsões de miséria ao lado do acúmulo de riquezas nas mãos de poucos, que possibilitam a existência de grandes áreas improdutivas quando em sua volta os camponeses são enxotados para as cidades, onde vão habitar favelas, alagados e palafitas e contemplar, impotentes, a desagregação do núcleo familiar — os filhos levados à marginalidade ainda na infância.

É necessário, pois, que no texto da Carta que a Assembleia vai redigir seja expressa a obrigatoriedade de o governo realizar a reforma agrária, expressando a vontade do povo brasileiro, interpretando a consciência nacional, e não apenas em lei ordinária, como se fora uma benesse do chefe do Executivo. Realizar reforma agrária deve ser um dever, uma obrigação do governo, de tal modo que se o governo não a fizer estará contrariando dispositivo constitucional.

Também, para que o povo brasileiro, de quem somos representantes, tenha participação real nos destinos da Nação. É fundamental que o Congresso Nacional seja soberano, que as prerrogativas do Congresso Nacional sejam restabelecidas. As excessões inseridas na Constituição de 1967 não devem subsistir na nova Carta. Não podemos permitir a expedição de decretos-leis pelo Presidente da República e devemos igualmente retirar-lhe a exclusividade de competência para legislar sobre matéria financeira.

O governo utiliza o decreto-lei para permitir a elevação dos juros, a elevação do custo de vida e o sacrifício dos trabalhadores, dos funcionários públicos e do povo em geral, mas nunca o faz para atender às exigências maiores da sociedade civil.

Dai, a necessidade premente de inserirmos na nova Constituição dispositivos auto-aplicáveis que diretamente coloquem o Congresso Nacional em posição capaz de aprovar uma Carta Magna livre das injunções e dos interesses dos grupos dominantes.

Estas prioridades devem estar presentes nas consciências de todos os senhores constituintes. E, apenas, desejo reafirmar os compromissos assumidos em praça pública e a minha confiança em que esta assembleia haverá de outorgar ao povo brasileiro uma constituição justa, democrática e duradora; uma Constituição que expresse os verdadeiros anseios e aspirações do povo brasileiro.

\*Deputada pelo PFL da Paraíba

# Deputado assume nos Estados. E Nelinho brilha

Belo Horizonte — Com a presença de apenas 32 dos 77 deputados estaduais, foi instalada domingo a primeira sessão ordinária da Assembleia de Minas Gerais. A Constituinte, autonomia municipal e reforma tributária de emergência foram alguns dos temas abordados pelo deputado José Neir Jabur em seu discurso, como presidente da Casa, que ressaltou a necessidade "de se fazer uma luta incessante por amplas e profundas reformas econômicas e sociais no País".

A "estrela" da solenidade, no entanto, foi o craque Nelinho, agora deputado Manoel Nelinho Rezende de Matos Cabral (PDT). Acompanhado da esposa Vanda Bamberra, ele foi o único deputado estadual eleito em novembro a tomar posse ontem, já que adiou o juramento para participar das semifinais do campeonato brasileiro, como lateral-direito do Atlético Mineiro. Empolgado com sua nova carreira, Nelinho disse que já nos próximos dias pretende apresentar um projeto de lei, concedendo aposentadoria para os jogadores de futebol. Informou, ainda, que estuda uma outra proposta sobre a lei do passe para os profissionais do futebol, que teriam seu passe livre a partir de 25 anos.

quase 70 por cento dos seus parlamentares, a Assembleia Legislativa de Pernambuco instalou domingo a sua 11ª legislatura, sob a presidência do deputado João Ferreira Lima Filho, do PMDB.

## GOIAS

A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás abriu a 11ª Legislatura, com a presença do governador Onofre Quinan, do comandante da III Brigada de Infantaria Motorizada, general Ferreira da Silva, e do presidente do Tribunal de Justiça, João Canedo.

De um total de 41 deputados, 26 estiveram presentes à sessão.

## BALANÇO

As 16h de domingo na Assembleia Legislativa, em Natal, foram instalados os trabalhos da 54ª legislatura. Dezesseis deputados estiveram presentes à sessão de abertura, juntamente com o governador do Rio Grande do Norte, Rádil Pereira, o prefeito de Natal, Garibaldi Filho, comandantes militares da região e Secretários de Estado.

O governador Rádil Pereira fez um balanço de quatro anos de governo, registrando que em janeiro, a arrecadação do Estado foi de Cr\$ 349 milhões, apresentando um superávit de Cr\$ 39 milhões.

## CARNAVAL

Em pleno domingo ensaiado de carnaval, um bloco de pessoas sobriamente vestidas, a maioria de ternos e gravatas, destoava dos foliões que passavam fantasiados pela Cinelândia. O grupo era formado por vereadores que participariam às 10h da abertura dos trabalhos legislativos deste ano da Câmara Municipal do Rio. Apenas 20 dos 33 vereadores compareceram. Depois de apresentar aos vereadores os votos de uma "profícua atividade legislativa, a mensagem do prefeito Saturnino Braga, lida no início da sessão, destacava quatro itens considerados prioritários de seu primeiro ano de mandato: A continuidade e o avanço dos programas sociais, a preocupação maior com o planejamento urbano, o impulso no desenvolvimento econômico da cidade e a melhoria da eficiência da máquina administrativa da Prefeitura.

**PARA**

Durou apenas 10 minutos a sessão solene de instalação da décima primeira legislatura na Assembleia Legislativa do Pará. Dos 41 deputados estaduais, apenas 27 compareceram. Somente no dia 5 o governador Jader Barbalho comparecerá à Assembleia para a leitura da mensagem de avaliação e prestação de contas do Executivo.

**ESPIRITO SANTO**

Numa sessão rápida que durou menos de 30 minutos, foram abertos os trabalhos legislativos na Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Compareceram todos os 30 deputados. O secretário da Casa Civil, Mário Moreira, leu em nome do governador José Moraes a mensagem do Executivo, uma prestação de contas das realizações do Governo no ano passado.

**PERNAMBUCO**

Com uma renovação de

# de A a Z

**Valmir Campelo**



Deputado mais votado no DF, quer disputar o governo local em 88. Gosta de futebol e tem experiência de administrador público.

**Augusto Carvalho**



Bancário, de longa militância sindical e comunista, defende reformas sociais, a reserva de mercado e a soberania nacional.

Nas horas de lazer prefere ficar com a família, mas não dispensa um jogo de futebol — sua grande paixão — com os amigos, aos sábados, sempre seguido de uma rodada de cerveja. O deputado lê pouco — praticamente limita-se aos jornais do dia. Em televisão gosta de jornais e filmes, especialmente os de faroeste, que também assiste em vídeo.

Campelo é contra a pena de morte e contra o aborto. Quer para o presidente José Sarney um mandato de quatro anos, sem direito a reeleição. Luta pela reforma agrária responsável e ainda acredita que o Brasil conseguirá se recuperar economicamente, em curto prazo. No momento, ele estuda, além de questões da Constituinte, a reforma do secretariado do GDP. Não sabe ainda quais secretarias seu partido — o PFL — vai reivindicar, mas tem uma certeza: é preciso haver um equilíbrio de forças. Politicamente, Valmir Campelo se considera um homem de centro, mas com idéias progressistas.

A persistência é marcante na carreira política de Augusto Carvalho, bancário de 33 anos e deputado mais votado na coligação PMDB-PCB. Chegando a Brasília em janeiro de 1972, para assumir funções de auxiliar-escrita no Banco do Brasil, esse mineiro de Patos esperou apenas passarem os dois anos de atividade que a lei exigia para organizar uma chapa de oposição à diretoria, complacente, do sindicato de sua categoria. Concorreu à presidência da entidade em 1974. Perdeu. Em 1977, tentou de novo e foi mais uma vez derrotado. Mas não desistiu e venceu a eleição seguinte, em 1980. Estavam em processo de criação e consolidação as bases políticas que lhe deram a votação na primeira eleição legislativa de Brasília — vitória surpreendente para um candidato do PCB que, na campanha, teve de competir com adversários muito bem respaldados pelo poder econômico. Sua eleição estava prevista, é verdade — mas não

se imaginava que ali estivesse um campeão de votos.

Na Constituinte seu eixo de lutas será marcado "pela submissão da propriedade à prioridade social", o que implica em batalhar por uma reforma agrária profunda, no campo, e por alterações igualmente profundas no regime de propriedade na área urbana. "Uma política clara de defesa da soberania nacional" está também entre os pontos essenciais de sua plataforma, inserindo-se aí a defesa da reserva de mercado para indústrias de ponta, como a farmacêutica e a da química fina. Quer também uma reforma bancária capaz de fortalecer as instituições oficiais, como o Banco do Brasil e Caixa Econômica. Sua militância política incluiu também a ação no movimento estudantil, enquanto cursou Sociologia na UnB. Foi por esta via que chegou ao Partidão, com o qual tem ligações desde os tempos de dura clandestinidade: 1973.